

TERMO DE PERMISSÃO n.º 04/2017

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO CENTRO DE MÚLTIPLOS EVENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E ROZILEI GOMES PEREIRA.

DETUR – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO, neste ato representado pelo Chefe de Departamento de Turismo, Sr. **WILSON CARVALHO**, denominado **PERMITENTE** e de outro Rozilei Gomes Pereira, inscrita no CPF 244.700.151-72, estabelecida na Rua Marcos de Almeida Jorge, 174, Alto do Cruzeiro, a doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, celebram de comum acordo o Termo de Permissão de Uso de Bem Público, de forma onerosa, mediante as seguintes cláusulas de condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, DATA E PRAZO

1.1. O objeto do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO é da área interna do Centro de Múltiplos Eventos, coberta, medindo 26,05 x 12,15, com palco, cozinha, área para lanchonete, depósito e sanitários. Com capacidade de 555 (Quinhentos e cinquenta e cinco pessoas) com capacidade de público determinada de acordo com o alvará emitido pelo corpo de bombeiros. Localizado a Avenida Tomé Mendes Peixoto, s/n, Centro, São Thomé das Letras, para o uso do evento artístico "Halloween".

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

2.1. A presente permissão, é concedida à título precário, para o dia vinte e oito ao dia trinta de outubro de dois mil e dezessete.

 

3. DEVERES DA PERMISSIONÁRIA

3.1. São deveres específicos da **PERMISSIONÁRIA**, além de outros previstos no presente TERMO, os seguintes:

3.1.1. permitir livre acesso e fiscalização dos servidores municipais do **DETUR** vinculados à área técnica e ao Contrato de Gestão às dependências dos bens cedidos.

3.1.2. desocupar o espaço permitido na data de encerramento da vigência do contrato de gestão n.º 04/2017, restituindo ao **DETUR** nas condições recebidas, sem necessidade de interpelação judicial ou extrajudicial.

3.1.3. somente utilizar o espaço cedido para as finalidades previstas na Cláusula Primeira.

3.1.4. não permitir que terceiros ocupem o espaço no todo ou em parte, a qualquer título, nem ceder ou transferir direitos e obrigações decorrentes desta PERMISSÃO, salvo com a prévia e expressa autorização, por escrito, do **DETUR**.

3.1.5. cabe à **PERMISSIONÁRIA** qualquer responsabilidade civil e criminal por qualquer espécie de dano, seja ela a pessoas, patrimônio ou qualquer outro, eximindo ao **DETUR** de qualquer responsabilidade desta natureza. A responsabilidade da **PERMISSIONÁRIA** é exclusivamente relacionada ao TERMO firmado.

3.1.6. deverá a **PERMISSIONÁRIA** pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do imóvel, inclusive tarifas, taxas de recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, recolhimento de ISS – Imposto Sobre Serviço e alvará de funcionamento. O valor do preço público de locação deverá ser depositado previamente através de DAM ,



expedido pela Administração Municipal (Setor: tributos), durante o horário de expediente, até 05 (CINCO) dias antes da realização do evento, sob pena de impossibilidade de obter autorização de uso do local para realização do evento.

3.1.7. A PERMISSIONÁRIA deverá pagar a taxa de 10% do valor da locação (DAM) no ato de preenchimento do requerimento de permissão para o uso do Centro de Múltiplos Eventos.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE

4.1. A PERMISSIONÁRIA assume, como exclusivamente seus, os recursos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita utilização do espaço cedido, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao bem Municipal ou a terceiros, respondendo por si e seus sucessores, independente da apuração em procedimento administrativo específico.

4.2. O DETUR não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, bem como as despesas provenientes de eventuais trabalhos noturnos, decorrentes das obrigações das obrigações sob a responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA.

4.3. Quaisquer construções ou benfeitorias realizadas no imóvel, bem como, a instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão de uso, serão incorporadas ao patrimônio municipal, sem direito à retenção.

4.4. Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela **PERMISSIONÁRIA**, em perfeitas condições, adequados à sua destinação.

4.5. A realização de benfeitorias ou acréscimos nos bens imóveis deverá ser realizada mediante prévia aprovação e por escrito do Poder Público Municipal.

5. DA DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO

5.1. A **PERMISSIONÁRIA** se obriga a devolver o espaço livre e desimpedido, podendo a **DETUR** proceder à remoção compulsória e imediata, para outro local, de quaisquer bens que não tenham sido retirados, sejam de propriedade da **PERMISSIONÁRIA** ou de terceiros, não ficando a **DETUR** responsável por qualquer dano que os mesmos venham a sofrer em virtude da remoção compulsória.

6. DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

6.1. Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, a **PERMISSIONÁRIA** ficará sujeita ao pagamento de multa moratória diária, correspondente a **R\$ 1.000,00 (mil reais)** por dia de atraso, se, expirado o prazo contratual, a **PERMISSIONÁRIA** não proceder à imediata desocupação e restituição do espaço cedido.

7. DA COBRANÇA JUDICIAL

7.1. O **DETUR** poderá cobrar judicialmente os valores correspondentes às importâncias decorrentes da imposição de quaisquer penalidades, inclusive multas, provenientes do inadimplemento do presente TERMO ou da sua execução, que serão cobrados em processo de execução.



7.2. Caso o **DETUR** tenha que recorrer aos meios judiciais para haver o que lhe for devido, além das cominações previstas neste instrumento, ficará a **PERMISSIONÁRIA** sujeita ao pagamento a pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas do processo, correção monetária e honorários de advogado, estes estimados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre todos os valores objeto da condenação.

7.3. As perdas e danos serão cobradas por meios ordinários.

8. DA PUBLICAÇÃO DA PERMISSÃO DE USO

8.1. O presente TERMO será publicado em meio de praxe.

9. DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

9.1. O **DETUR** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento aos Órgãos de controle interno e externo do Município.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O presente TERMO reger-se-á por toda legislação à espécie e, ainda, pelas legislações que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente TERMO, especialmente a Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 e Lei Municipal nº 1447 de 2017. A **PERMISSIONÁRIA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras constantes, ainda que não expressamente transcritas no presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, para todos os fins e efeitos jurídicos.

São Thomé das Letras, 24 de Outubro de 2017.



WILSON CARVALHO

Chefe do Departamento de Turismo



Rozilei Gomes Pereira